

Conclusões finais da avaliação em Portugal

VGGT

- O quadro legislativo português encontra-se bem desenvolvido, mas nem sempre bem compreendido.
- A população rural desconhece os seus direitos e deveres quanto aos terrenos comunitários baldios.
- Falta de cadastro rústico atualizado dificulta a possibilidade de gestão florestal conjunta.

GCAF

- A eficiência da gestão dos espaços florestais baldios não depende do tipo da modalidade de gestão comunitária, mas de outros fatores, entre quais a pró-atividade dos gestores, a dimensão e localização da unidade territorial e dos recursos em gestão.
- A manutenção do coberto florestal em áreas montanhosas do norte e centro de Portugal (zonas onde se localizam a maioria de terrenos comunitários) é de extrema importância ambiental, económica e social.
- Verifica-se a necessidade de formar e informar de forma mais ativa a população destas comunidades para implementação de uma gestão florestal sustentável.



INSTITUTO
SUPERIOR DE
AGRONOMIA
Universidade de Lisboa



Centro
Ecologia
Aplicada
"Prof. Baeta Neves"



InBIO
RESEARCH NETWORK
Biodiversity and Evolutionary Biology

Centro de Ecologia Aplicada "Prof. Baeta Neves"
Instituto Superior de Agronomia
Tapada da Ajuda
1349 - 017 Lisboa
PORTUGAL

Tel: (+351) 21 365 33 33
Fax: (+351) 21 365 32 90
Correio electrónico: ceabn@isa.ulisboa.pt
Website: <http://www.isa.ulisboa.pt/ceabn/>
Facebook: <http://www.facebook.com/CEABNinBio/>

Colaboração:



Food and Agriculture
Organization of the
United Nations

CEABN/ISA

FAO

**Avaliação da posse e
gestão comunitária de
áreas florestais em
Portugal Continental**



Lisboa 2017

Posse e gestão comunitária de áreas florestais

Durante as últimas décadas, a gestão comunitária de áreas florestais e as transformações referentes à posse dos espaços florestais, têm sido alvo de atenção. Segundo aos dados da FAO, os meios de subsistência de mais de 2,4 bilhões de pessoas no mundo, dependem direta ou indiretamente, das áreas florestais as quais proporcionam uma ampla gama de benefícios sociais, económicos, culturais, espirituais e ambientais para as comunidades locais. No entanto, não tem havido uma avaliação sistemática da dimensão e eficácia dos vários tipos dos regimes de gestão comunitária destes recursos a nível mundial. A avaliação da extensão e da eficácia da gestão florestal comunitária tende a adotar uma abordagem de estudo de caso. Consequentemente, são poucos os resultados que se encontram agregados a nível regional, nacional ou internacional.

Sistemas de avaliação VGGT e CBF

Os estudos realizados na última década por vários especialistas da FAO, demonstram que diferentes modelos de gestão comunitária das áreas florestais podem servir como impulsionadores do desenvolvimento rural sustentável. Porém, não conseguiram revelar todo o seu potencial.

Em 2012 foram adotadas pelo Comité de Segurança Alimentar da ONU as Orientações sobre a Governança Responsável da Posse de Terras, Pescas e

Florestas (também referidas como VGGT). As orientações da VGGT fornecem princípios e boas práticas sobre os quais os governos se podem basear para o desenvolvimento de leis, de gestão da terra e de direitos florestais, de busca de melhores soluções para erradicação da fome e da pobreza e de apoio a um modelo de desenvolvimento sustentável. A definição dessas orientações baseou-se num processo inclusivo, através de consultas realizadas durante três anos, que incluiu a representação de países de todo o mundo, de instituições governamentais, da sociedade civil, do setor privado, do mundo académico e de agências da ONU; reflectindo-se num consenso global sobre quais as melhores práticas internacionais e os princípios da boa governação.

Em 2015, a FAO realizou uma revisão global da gestão comunitária de áreas florestais dos últimos 40 anos. No âmbito deste estudo desenvolveu-se um quadro de avaliação, denominado CBF para a revisão deste tipo de gestão a nível mundial com o objetivo de ajudar a reforçar esses sistemas de gestão comunitária.

Colaboração FAO e CEABN/ISA

Em Janeiro de 2017 o CEABN e a FAO assinaram um protocolo para avaliar as áreas florestais em terrenos comunitários de Portugal continental (vulgo baldios) segundo as orientações da VGGT e da CBF. Estes sistemas de avaliação têm como objectivo compreender os desafios e identificar formas de melhorar a governança e a gestão dos baldios.

Decorreu entre Maio e Setembro de 2017 a recolha

de dados através de um conjunto de workshops e entrevistas com gestores de terrenos comunitários, técnicos florestais dos baldios e das associações, engenheiros dos serviços florestais, investigadores, etc. Procurou-se determinar quais os contributos do reconhecimento legal ou transferência de direitos de posse para as comunidades locais no que toca à gestão florestal sustentável dos baldios. Em simultâneo avaliaram-se os benefícios ambientais, sociais e económicos deste tipo de posse dos terrenos florestais em análise.

Portugal foi o primeiro país da Europa a participar nesta avaliação.

* * *

Todos os inquéritos e documentos utilizados para este trabalho foram traduzidos para português. As orientações finais encontram-se com a equipa de investigação do Centro de Ecologia Aplicada “Prof. Baeta Neves” do Instituto Superior de Agronomia (CEABN/ISA) e estão disponíveis para serem aplicados nos países da CPLP.

